

Prefácio

Marcos Del Roio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DEL ROIO, M. Prefácio. In: BARBOSA, JR. *Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 11-15. ISBN 978-85-68334-68-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PREFÁCIO

Alguns anos atrás o professor Jefferson Barbosa, depois de haver feito um belíssimo trabalho de pesquisa sobre o movimento integralista dos anos 1930, confidenciou-me que gostaria muito de fazer uma pesquisa sobre organizações de perfil neofascista que se expressavam na internet, por meio de sites, blogs e redes sociais em geral. Não o desestimulei, é claro, mas na verdade essa preocupação, como objeto de pesquisa, não me entusiasmou muito. Entre meus botões, julguei que seria coisa de pouca importância científica e política. O tempo mostrou como eu estava seriamente enganado.

Ridículos e ridicularizados, arautos de uma nova ordem liberal fascista têm se utilizado muito bem das novas tecnologias de informação e comunicação. A difusão de uma série de organizações de estudos políticos, com viés ideológico claramente postado na direita extrema do arco político, foi capaz de atrair jovens da pequena burguesia abastada inconformados com os resultados da “democracia liberal”. Na verdade o desconforto era e é com a existência de espaços de democracia que possibilitam maior visibilidade das classes subalternas, com as chamadas ações afirmativas, ou melhor, políticas governamentais compensatórias traduzidas principalmente em bolsas e quotas de toda sorte.

Essas políticas aplicadas pelos governos do PT-PMDB implicaram – não com tanta surpresa – a acentuação dos preconceitos voltados contra pobres e pretos, contra marxistas e socialistas de qualquer matiz. O que deve ser valorizado é a hierarquia social “natural”, a liberdade individual dos proprietários.

Do Estado se espera a defesa da sociedade dos proprietários, dos brancos, dos machos. Para isso é preciso uma polícia convicta da necessidade de colocar as classes subalternas no seu devido diapasão, sempre na defesa dos diversos monopólios, desde a terra até os meios de comunicação. Nessa perspectiva a Lei e o Direito pouco importam. A não ser, é claro, aquele julgado como “direito natural” das oligarquias.

As oligarquias no Brasil sempre foram liberais, entendendo essa ideologia como propugnadora da liberdade individual e legitimadora da propriedade privada. Ainda que surja como ideologia constitutiva das revoluções burguesas e da hegemonia burguesa, serviu muitíssimo bem como invólucro para o escravismo e o feudalismo tardio. As classes dominantes podiam contar com força repressiva própria, privada, ou com a força repressiva do Estado a fim de garantir a sua liberdade frente a escravos e servos. Quando se sentiram ameaçadas, fosse pela efervescência dos dominados ou mesmo por pressão externa, ou ainda por conflitos entre suas frações, a saída encontrada sempre foi o fortalecimento do Estado.

Ocorreram momentos nos quais a situação internacional e a efervescia das classes subalternas obrigaram a assimilação de uma institucionalidade dita de Estado de Direito Democrático, o qual jamais foi capaz de se impor, tendo restado uma caricatura, uma maquiagem, que aos pobres e pretos, aos proletários dispersos e sem direitos, aos aprisionados, quase nada significou. O poder político continuou o mesmo, ainda que sempre atualizado. A violência de classe sempre persistiu.

A crise estrutural, manifestada a partir dos anos 1970, desencadeou uma pesada ofensiva do capital no esforço de resgatar as taxas de rentabilidade em queda acentuada. O investimento direto do conhecimento científico na produção capitalista, a financeirização, a aceleração da circulação e do consumo, a privatização de empresas estatais, a intensificação do trabalho, a retirada de direitos sociais conquistados e um simulacro de democracia formaram um todo identificado como neoliberalismo. O resultado foi pífio para o capital e os grupos dirigentes e desastrosos para as classes subalternas de todos os lugares.

No Brasil e em amplas áreas da América Latina, a luta pela instauração da democracia, que alimentava camadas sociais diversificadas – cada qual com a sua compreensão própria de democracia – em oposição às ditaduras militares ou ditaduras oligárquicas, encontrou-se, em certo ponto, com a imposição por parte dos centros imperiais da tal solução neoliberal para a crise que

alcançava as classes altas, enrascadas que estavam com os regimes ditatoriais. A correlação de forças presentes na cena brasileira nos anos 1980, quando o proletariado clamava por uma democracia liberal com direitos sociais e a fração industrial burguesa aceitava a democracia liberal com direitos do trabalho limitados, permitiu a elaboração de uma Constituição garantidora das liberdades de expressão política e cultural, mas não eliminou as forças repressivas garantidoras da ordem proprietária. Em suma, a democratização política do Estado se viu truncada, o que viabilizou a imposição da saída neoliberal como chave para o reagrupamento das classes dominantes.

No Brasil, o último país da América Latina a sucumbir ao neoliberalismo, o terreno foi preparado por uma ofensiva ideológica concentrada e incessante que conseguiu o objetivo de forjar um virtual consenso contra as empresas estatais e o serviço público. Mas, pelo fim dos anos 1990, o desgaste do neoliberalismo era bastante evidente: uma crise econômica e social se juntou a escândalos de corrupção governamental, em particular em torno das privatizações, que acendeu mobilizações populares de monta em vários lugares, como Argentina, Peru, Venezuela, Brasil e outros países da América Latina. Abria-se aos poucos um ciclo político de contestação maior ou menor ao endereço neoliberal, sem que se levasse na devida conta que esse era constitutivo da crise estrutural e que a única possibilidade real implicava a ruptura revolucionária.

Na Venezuela e na Bolívia ocorreram fortes movimentos de reforma ancorados nas classes subalternas e que deram ao Estado um papel de protagonismo na luta contra a miséria e a ignorância e também pela elaboração de uma identidade nacional popular, mas sem que houvesse disposição ou força suficiente para iniciar a ruptura com o capitalismo. Num tom bem abaixo se colocaram Argentina e Brasil, onde o neoliberalismo estrutural se manteve, mas alguma proteção aos trabalhadores foi concedida e uma política externa autônoma também se configurou.

A fase favorável no comércio internacional, com a exportação de commodities a preço favorável, assim como a preservação dos interesses do capital financeiro, possibilitaram a duração e o respaldo popular desses governos ditos “progressistas” (sic). A crise avassaladora alcançou o mercado imobiliário dos Estados Unidos em 2008 e afetou todo o sistema financeiro, tendo se espalhado de imediato para a Europa. O saque dos recursos públicos preservou os interesses da finança, mas agravou ainda mais a crise fiscal. A América

Latina, em particular o Brasil, conseguiu conter a crise em níveis baixos até a explosão de 2014.

Os riscos de se perder as fontes de energia presentes no continente sul-americano, olhadas com interesse ainda maior depois da descoberta do pré-sal, fez com que os Estados Unidos investissem mais na formação e no apoio logístico à direita liberal ou neofascista. Essas organizações pequenas, mas com amparo substancial, dedicaram-se a cursos de formação, conferências e forte presença na internet. Com alguma frequência conseguiram presença também na grande mídia. A impressionante pesquisa de Jefferson Barbosa mostra muitos detalhes e meandros dessa trama conspiratória contra os interesses da nação e dos trabalhadores.

O teste para a sua influência e sua capacidade de mobilizar a pequena burguesia, cada vez mais rancorosa com os pífios efeitos das políticas de compensação do governo petista, veio em 2013. A justa reivindicação de jovens estudantes pelo passe livre no transporte “público” movimentou as esquerdas de oposição, mas agitou mais ainda os neofascistas, que contavam e contam com grandes simpatias em alguns governos estaduais, em alguns partidos e principalmente nos órgãos de repressão, notadamente a Polícia Militar, e mesmo no poder judiciário, ou seja, em parte importante da burocracia do Estado.

O resultado eleitoral de 2014 ofereceu todas as condições para que essas forças passassem à ofensiva. A vitória difícil do PT na eleição presidencial com a guinada à direita já no decorrer do processo, com juras ao setor financeiro e o verdadeiro circo de horrores saído das urnas na escolha da composição do Congresso Nacional, com ampla maioria conservadora e reacionária, deixou o executivo sitiado desde o início. A maioria conservadora do Congresso, parcela importante do juizado, muitíssimos governadores e a mobilização de massa promovida por essas organizações pouco visíveis até pouco antes e pela grande mídia impressa e eletrônica realizaram o cerco. O objetivo, como antes dito, é o de expulsar a “aristocracia operária” do círculo do poder e reorganizar as classes dirigentes em torno de um neoliberalismo duro e puro, de um novo alinhamento internacional com os Estados Unidos e com medidas restritivas aos espaços de democracia existentes.

Na resistência a esse projeto de barbarização social, na consciência de que não há alternativa civilizatória no contexto do capitalismo em crise estrutural, é que poderá surgir eventualmente um novo capítulo da luta pela

emancipação humana. No próprio processo de construção de uma frente única das classes subalternas contra o domínio do capital uma nova sociabilidade poderá ser gestada.

Marcos Del Roio
Professor de Ciências Políticas
Unesp-FFC